

**MARCOS MENDES
NETIÊ OLIVEIRA
HELIENAI VALENTE**

Organizadores



Atuação Docente na Diversidade

*Estudos sobre Educação Especial,
Educação Indígena, EJA, Educação
Ribeirinha, Raça e Gênero.*

**MARCOS MENDES
NETIÊ OLIVEIRA
HELLENAI VALENTE**
Organizadores



**ATUAÇÃO DOCENTE
NA DIVERSIDADE**



VirtualBooks Editora

© Copyright 2017, Organizadores e Autores.

1ª edição

1ª impressão

(publicado em Janeiro de 2017)

Todos os direitos reservados, protegidos pela Lei 9.610/98. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida, em qualquer meio ou forma, nem apropriada e estocada sem a expressa autorização dos *Organizadores e Autores*.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mendes, Marcos
Oliveira, Netiê
Valente, Helienai

ATUAÇÃO DOCENTE NA DIVERSIDADE. 2017. Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora, Publicação 2017.

ISBN 978-85-434-0921-4

Educação. Brasil. Título.

CDD- 370

Livro editado pela
VIRTUALBOOKS EDITORA E LIVRARIA LTDA.
Rua Porciúncula,118 - São Francisco
Pará de Minas - MG - CEP 35661-177 -
Tel.: (37) 32316653 - e-mail: capasvb@gmail.com
<http://www.virtualbooks.com.br>

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si,
mediatizados pelo mundo!
Paulo Freire

De professor para professor...

Esta obra é fruto dos estudos de 38 cursistas da Pós-Graduação Lato Sensu do IESAP, no verão/2016, organizados em 3 turmas:

- . Docência do Ensino Superior
- . Metodologia da Língua Portuguesa e Literatura
- . Educação Especial

O foco dos textos foi o módulo EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE, desenvolvido 100% na modalidade Educação à Distância, onde os cursistas desenvolviam suas atividades online no mesmo período em que tinham aulas presenciais.

De início, a ideia da avaliação foi tão somente apresentar um Seminário Presencial, mas a dedicação em apresentar soluções para o professor em sala de aula, resultou em textos interessantes, que não poderiam jamais ficar restritos ao Diário de Notas e esquecidos nos pendrives dos seus autores, surgindo então a possibilidade de um livro, para que outros estudantes e professores possam alcançar os saberes produzidos com tanto empenho.

É importante ressaltar que esta foi a turma pioneira na modalidade Educação à Distância do IESAP, e este livro também é o pioneiro como publicação de atividades realizadas pelos cursistas da Pós do IESAP.

A intensidade dos resultados das atividades não se limitou a este livro. Foi criado um mural digital, na plataforma www.padlet.com, onde os cursistas postaram suas conclusões sobre um vídeo que aborda sobre inclusão/exclusão do diferente.

Este Padlet pode ser visualizado neste link: <http://bit.ly/2ajjDBD>.

Por se tratar de módulo online, se optou por realizar uma Tutoria ativa, através do WhatsApp, onde foi possível atender ao cursista no momento em que tinha a necessidade de orientação, com uso de fotos das telas, pequenos vídeos, etc.

Foi incrível!!!!

Me sinto com o dever cumprido!!!

AO ALTO E AVANTE!!!

Prof. Marcos Mendes

Eu apresento...

Meus cumprimentos com saudosismo a todos os autores e promotores desta obra, uma vez que estive como cursista com os colegas-autores, e afirmo que a concretização desta obra é resultado da conexão e respeito construído entre nós no decorrer do curso, e principalmente no ambiente virtual.

O compartilhamento de experiências e saberes diversificados, partindo de formações distintas (Engenharias de Pesca, Florestal e Produção, Licenciados em História, Letras, Educação Física,

Artes visuais, Direito, Biomedicina, Ciências contábeis, Pedagogia e Ciências Biológicas) são fundamentais para este Livro.

Nesta obra, tem-se como sinopse, a integração de contextos intrínsecos à inclusão e à integração, tais como, Educação especial, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos, Educação Ribeirinha, Gênero e Diversidade e raça.

Estas temáticas são relatadas segundo os pressupostos de conceitos, histórico, políticas públicas e atuação do professor nessas áreas afins.

Foi a composição desses contextos que possibilitaram a flexibilidade da leitura serena e sua relevância.

É inevitável a expressão de orgulho que se forma em meu rosto ao lembrar a sensibilidade do Professor Me. Marcos Mendes em registrar publicamente os trabalhos gerados na turma de pós-graduação do verão de 2016 do IESAP.

Esta, com certeza é uma atitude humilde com visão holística, retratada com estimável dedicação pelos organizadores e colaboradores.

Esperamos com valoração, que vocês caros leitores se encantem com a leitura e ao final, reflitam que “Querer é Poder”, pois, a publicação de um livro com qualidade não está distante de nossa realidade e “somos prova disso”.

E que informações riquíssimas não podem ser desprezadas.

Netiê Izabel da Silva de Oliveira

SUMÁRIO

1| EDUCAÇÃO ESPECIAL / 10

2| EDUCAÇÃO INDÍGENA / 20

3| EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS / 35

4| EDUCAÇÃO RIBEIRINHA / 46

5| GÊNERO E DIVERSIDADE / 59

6| RAÇA / 70

7| AUTORES / 79

CAPÍTULO 3

Educação de Jovens e Adultos

Deiziane Aguiar

Ebora Martins

Helloise Dias

Marisol Silva

Paula Santos

Tatiana Santos

Valeria Silva

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da rede pública no Brasil que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, e que surgiu da necessidade de proporcionar uma oportunidade para pessoas que, por qualquer motivo, não concluíram o ensino fundamental e/ou o médio na idade apropriada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDBEN), em seu artigo 37º § 1º ratifica que a EJA apresenta-se como uma ação de estímulo aos jovens e adultos, propiciando seu retorno à sala de aula. Esta modalidade respeita às características desses educandos, dando oportunidades educacionais adequadas em relação a seus interesses, condições de vida, de trabalho, mediante cursos e exames.

A educação de jovens e adultos caracteriza-se pela diversidade do público que atende. A LDB 9.394/96 afirma que a população acima de 15 anos pode ser matriculada nessa modalidade de ensino, nesse sentido as turmas têm pessoas com idade e cultura diversas, mas com uma finalidade em comum: estudar para aprender a se desenvolver no mundo letrado.

Esses jovens e adultos procuram a escola na tentativa de superar sua condição de vida, obter melhores oportunidades no dia a dia incluindo emprego, moradia, alimentação e saúde, fatores estes que influenciam no processo de escolarização dessas pessoas.

Moura (2002) defende que a EJA deve permitir a potencialização do desenvolvimento de habilidades e aprimoramento dos conhecimentos, trazidos por estes sujeitos, lhes permitindo desenvolver-se individual e socialmente, o que contribui para o exercício de cidadania deste indivíduo.

A educação de adultos inicia-se no período colonial com a chegada dos jesuítas, sendo voltada para uma prática humanística, com a intenção de ensinar e difundir os ensinamentos cristão, voltada inicialmente para a educação indígena.

Com a expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal, e com a vinda da família real para o Brasil em 1808, o panorama educacional começou a mudar, surgindo assim outras necessidades e uma educação com novos objetivos, na qual consistia em formar trabalhadores que atendessem as necessidades da aristocracia portuguesa. Neste período, o ensino foi estruturado em

três níveis, assim sendo, primário, secundário e ensino superior. Vale ressaltar que nesse período a educação era destinada apenas para a elite.

A Educação de Jovens e Adultos, antes apenas denominada como educação de adulto, tem início na década de 30, com a implantação do sistema público de educação elementar no país e o esforço do governo federal de inserir os jovens e adultos não escolarizados nesse sistema (JARDILINO; ARAÚJO, 2014).

A partir do ano de 1940 a Educação de Jovens e Adultos assume um caráter institucional, assim se manifesta como uma modalidade de ensino, a princípio foi temporária. Ao longo da década a manutenção dessa modalidade de ensino estava sendo discordante nos segmentos sociais e ocorrendo a interrupção das políticas públicas. Com tudo isso, na década de 60, surgiu um novo paradigma para educação de jovens e adultos, havendo uma ampliação na modalidade, sendo estabelecido através dos estudos de Paulo Freire que foi uns dos principais idealizador da EJA.

Entretanto, essa ampliação do ensino público não foi suficiente para ocultar a demanda de um público vasto de necessidade (GOMES; SILVA; GUNTHER, 2009).

A partir das décadas de 80 e 90 acontece a redemocratização nacional com a promulgação da nova constituição 1988, ampliando o dever o Estado com relação à educação, dando direito de acesso a todos, incluído aqueles que não tiveram possibilidade de acesso na idade certa e alguns anos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, consolida a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade

de ensino de Educação Básica que pode ser considerada em ciclo, períodos ou em etapas do ensino Fundamental e médio, e suas especificações próprias. (GADOTTI E ROMÃO, 2011).

Sendo assim, Gadotti e Romão (2011) elucida que a Educação de jovens e adultos precisou passar por transições legais historicamente para poder firma-se no processo educacional. Entretanto, mesmo depois de anos da legalização e da vigência da Constituição Federal (CF), a LDB 9.394/96 e outros textos legais, não asseguraram que todos fossem alfabetizados na idade adequada, de tal forma, que ainda há uma grande procura notável por essa modalidade de ensino, onde existem motivos que podem diferenciar-se desde a entrada dos idosos até a continuação de alunos que são repetentes na educação básica e por conta disto buscam concluir os estudos na EJA.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos foi criada primeiramente com o intuito de profissionalizar e qualificar mão de obra, que era predominantemente analfabeta durante o período industrialista.

Nesse aspecto histórico, o Brasil precisava educar os jovens e adultos da classe trabalhadora, no que diz respeito tanto à alfabetização, quanto no que se refere à qualificação e treinamento da mão de obra ofertada, pois era necessário a aceleração do crescimento

econômico do país, onde se tornou imprescindível a tomada de decisões relacionadas ao combate ao analfabetismo.

Na perspectiva governista “a educação passou a ser entendida como um ato político” (BRASIL, 2006 p. 26), pois o adulto analfabeto não poderia exercer a cidadania e, portanto, não poderia votar. Assim, enxergou-se a alfabetização de adultos como método de transformar o analfabeto em um eleitor em potencial.

A primeira legislação brasileira que faz menção à EJA é a Lei 5.692/71 (revogada), que trata no capítulo IV do Ensino Supletivo, sendo esta modalidade de ensino regulamentada através das seguintes funcionalidades básicas: a suplência, o suprimento, a aprendizagem e a qualificação, mediante a oferta de cursos e exames supletivos (SOARES, 2001).

As políticas educacionais têm início expressivo com a promulgação da constituição de 1988, visto que o artigo 208 trata sobre o dever do Estado com a educação ser efetivada através da garantia de: “I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Dessa forma, a modalidade EJA passou por muitas mudanças e com importantes conquistas na legislação vigente.

A LDBEN 9.394/96 complementa e ratifica o artigo 208 da CF de 88, pois em seu artigo 37º declara: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no

ensino fundamental e médio na idade própria”, e de acordo com os parágrafos seguintes, a lei define que a rede pública de ensino assegurará gratuitamente essa modalidade de ensino aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, bem como o poder público também proporcionará o acesso e a permanência do trabalhador no âmbito escolar, possibilitando ainda mecanismos de integração e complementação de atividades que envolvam essa modalidade de ensino.

A EJA têm se expressado tanto no âmbito internacional com a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) quanto no âmbito nacional como os Fóruns de EJA, em prol da educação de pessoas jovens e adultas.

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA EJA

A modalidade EJA, com todos seus percalços vem conquistando, mormente no que se refere a LDBEN 9.394/96 o acesso à educação de jovens e adultos, que por algum motivo não concluíram ou mesmo iniciaram seus estudos na idade certa.

Por sua vez o sistema de ensino deve assegurar o acesso e sua permanência, oferecendo uma educação de qualidade e se adequando as necessidades educacionais desses educandos, pois sabe-se que na maioria esses alunos são trabalhadores, donas de casas e já chegam na escola cansados da sua rotina diária.

No que concerne esse perfil Gadotti; Romão (2011, p. 143) infere que:

São homens e mulheres que não sabem ler e nem escrever ou são poucos escolarizados, são jovens, repetentes de série, que tiveram que sair da sala de aula do chamado ensino regular, trabalhadores que estão “[...] às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego, e que estão submetido a circunstância de mobilidade no serviço[...]

Ao se trabalhar com esses educando, que já trazem uma experiência de vida, o professor deve levar em conta toda essa bagagem cultural ao preparar seus conteúdos, sua metodologia, pois nota-se que cada educando tem suas especificidades. O trabalho com pessoas jovens e adultas exige do professor, uma formação adequada para atender as suas necessidades e especificidades, exigindo do professor dominar suas técnicas e metodologias.

Sobre a formação cabe destaca que, para Jardimino e Araújo (2014, p. 96):

os professores da EJA, originários de diversas áreas de formação, são preparados para atuar no ensino regular e ingressam na EJA por diferentes motivos, e em raras situações, por escolha pessoal. Em geral, são professores que não possuem formação teórico-metodológica para o trabalho com jovens e adultos[...].

Capucho (2012, p. 68) coloca que “por outro lado aqueles(as) que optam por trabalhar na EJA, por suas convicções, ideais e pela compreensão e identidade com seus sujeitos, se deparam com um contexto inapropriado para a sua prática docente.

Percebe-se que os professores que estão atuando na EJA, são de diferentes áreas de formação, por vezes, não estão preparados para lidar com esses educandos em suas especificidades, levando práticas metodológicas que não contemplam suas aprendizagens.

Loch (2010, p.25), contribui ao afirmar que os sujeitos da EJA:

Muitas vezes não alcançam o que desejam, porque, na EJA os conteúdos trabalhados são vazios de significados para eles distantes de suas realidades e necessidades. A EJA deve constituir-se, assim, um espaço acolhedor, instigando-lhe a criticidade e não visando apenas à sua formação técnica/profissionalizante.

Os professores da modalidade EJA, não levam em consideração a gama de conhecimentos que esses educando trazem consigo, desconsideram seu perfil, sua faixa etária, não adequando suas práticas ou mesmo não considerando a individualidades de cada educando. Deve-se, portanto, haver um planejamento por partes desses educadores para nortear suas ação educativas.

Sobre esse planejamento Calháu (1999) destaca que “no caso da educação de jovens e adultos, o planejamento precisa levar em conta as exigências do contexto social no qual estão inseridas, as características de cada grupo, suas aspirações, projetos e necessidades”.

Não há como negar que a modalidade EJA necessita de demandas específicas, além de educadores apropriados, sendo impossível desenvolver programas de qualidade

sem que hajam recursos voltados para garantir um processo de ensino e aprendizagem, essa junção coopera para a qualidade em sala de aula.

O papel do professor não se baseia apenas em conteúdos específicos, devem aguçar a curiosidade, problematizar, expor e relacionar o contexto social para transformar os obstáculos em reflexão, serve também para melhor entender o processo educativo. É sem dúvida uma forma de metodologia a ser utilizada para o EJA.

É de fato inevitável que o professor de EJA se depare e respeite cada faceta que seu aluno apresente, serão diversas. Entretanto, eles devem observar individualmente, procurar conhecer as habilidades, função que exercem em sociedade e saberes que já estão encravados nesse aluno. Sendo assim é preciso discutir a questão socioeconômica de cada classe de maneira conjunta, pois há uma ligação direta com o baixo índice de produtividade em sala de aula por esse aluno que é desfavorecido de alguma maneira, cabe ao professor não fazer desentendimento sobre a serenidade e o peso dessas questões na vida do aluno.

Portanto, cabe destacar que todos podem e devem colaborar para o desenvolvimento dos alunos da educação de jovens e adultos, as escolas devem elaborar um projeto adequado para seus próprios alunos, os professores devem estar atentos e atualizados com as mais diversas metodologias de ensino para poder acrescentar em sala de aula, os alunos do EJA devem valorizar a oportunidade que estão tendo de estudar e expandir seus conhecimentos e os órgãos competentes deveriam fazer melhorias e

investimentos em cima dessa modalidade de ensino que cresce cada vez mais no Brasil. Tendo em vista que esse aluno amanhã será mais produtivo para a sociedade, sendo um ser pensante, crítico e produtor de seu próprio conhecimento.

REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Alunas e alunos da EJA. Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

CALHÁU, M. S. M. Planejamento e avaliação. In: Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, v. 10, p. 53-61, 1999.

CAPUCHO, V. Educação de jovens e adultos: práticas e fortalecimentos da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. ed. 12º. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, M. C. F; SILVA, A.O; GUNTHER, M.C.C. Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, e os documentos legais. (Artigo científico). 2009.

JARDILINO, J. R. L; ARAÚJO, R. M. B. Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014

LOCH, J.M.P.; BINS, K.L.G.; CHRISTOFOLI, M. C. P; VITÓRIA, M.I.C.; MORAES, S.C.; HUERGA, S. EJA: planejamento, metodologia e avaliação. 2^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MOURA. T. M. M. Concepções de educação de jovens e adultos. Texto síntese organizado para ser utilizado em sala de aula como introdução ao estudo das concepções de EJA no Brasil. Mime. 2002.

RIBEIRO, V. M. (Org.). In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

SOARES, L. J. G. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos.